

UM OLHAR SOBRE O VIVENCIADO NO CURSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO /UFERSA – CAMPUS CARAÚBAS

SILVA, Gessione M. da¹

DANTAS, Franceliza M.S.²

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado, visa proporcionar ao público alvo da Educação especial, elementos que possibilitem a complementação e suplementação dos saberes necessários aos alunos com deficiência. Nesse sentido, o Curso em AEE ofertado pela UFERSA/RN contribui com conhecimentos que viabilizam a atuação do professor de AEE, das instituições de ensino. Para tanto, elencou-se como objetivo geral analisar as contribuições teóricas do curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado ofertado pela UFERSA/RN, para a formação dos professores de AEE por meio da análise dos cadernos didáticos utilizados durante a realização do curso. Como objetivos específicos apontamos: identificar as deficiências trabalhadas no decorrer do curso; as práticas pedagógicas realizadas para trabalhar com os alunos com deficiência no espaço escolar e as atividades desenvolvidas com os professores durante o curso. Para referenciar o estudo realizado trouxe-se os escritos de Minayo (2001)) e Bardin (2016) no tocante ao caminho metodológico percorrido. Em relação ao embasamento teórico utilizou-se os escritos de Mantoan (2003), Sassaki (1997), dentre outros. Como resultados da pesquisa destaca-se: as discussões acerca das deficiências público alvo do Atendimento Educacional Especializado de acordo com as normativas legais que regem a educação especial; a variedade de jogos, brincadeiras e estratégias de ensino para o desenvolvimento das crianças com deficiência, além da diversidade de atividades pedagógica utilizadas na formação que viabiliza a formação do sujeito professor.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Atendimento.

ABSTRACT

Specialized Educational Services aim to provide the target audience of special education with elements that enable the complementation and supplementation of the knowledge needed by students with disabilities. In this sense, the AEE Course offered by UFERSA/RN contributes with knowledge that enables the performance of the AEE teacher in educational institutions. To this end, the general objective was to analyze the theoretical contributions of the Specialized Educational Services improvement course offered by UFERSA/RN, for the training of AEE teachers through the analysis of the didactic notebooks used during the course. The specific objectives were: to identify the deficiencies worked on during the course; the pedagogical practices carried out to work with students with disabilities in the school environment; and the activities developed with the teachers during the course. To reference the study carried out, the writings of Minayo (2001) and Bardin (2016) were brought in regarding the methodological

¹ Discente do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Atendimento Educacional Especializado-AEE, da Universidade Federal do Semi árido- UFERSA/ Campus Caraúbas/RN. Graduada em Pedagogia (UERN), Mestre em Ensino (UERN). Docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte. E-mail: gessionemoraes@gmail.com

² Professora Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGEL/UFRN), graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (UERN). E-mail: francedantas@ufersa.edu.br

path followed. Regarding the theoretical basis, the writings of Mantoan (2003), Sassaki (1997), among others, were used. The research results include: discussions about the target audience disabilities of Specialized Educational Services in accordance with the legal regulations that govern special education; the variety of games, activities and teaching strategies for the development of children with disabilities, in addition to the diversity of pedagogical activities used in the training that enables the formation of the teacher subject.

Key words: Inclusion. Disability. Care.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos garantido pela constituição brasileira, no entanto, durante muito tempo, esse direito foi negado às pessoas com deficiência. A luta em defesa da educação inclusiva tem ganhado força nos últimos anos. Até meados do século XIX, as crianças com deficiência eram excluídas da escola, somente no século XX é que o direito ao acesso e permanência das pessoas com deficiência passou a ser visto por outras lentes que levam em consideração princípios até então considerados incomuns pela sociedade. A esse respeito o Sassaki nos diz que:

[...] a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência (SASSAKI, 1997, p.41)

Como o exposto pelo autor, aceitar as peculiaridades de cada sujeito, bem como, a diversidade humana é algo que a humanidade ainda não é capaz de compreender e aceitar. Por mais que se fale em inclusão, são frequentes as atitudes que evidenciam a distância entre a inclusão que temos e a que queremos. Nesse interim, a escola ocupa um espaço primordial na efetivação do processo inclusivo, visto que a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade passa pela escola. É preciso desenvolver nas instituições de ensino a cultura inclusiva para que os demais espaços sociais também possam vivenciar a inclusão de fato.

Para tanto, é necessário que a escola vivencie uma mudança de paradigma, buscando atender a todas as demandas sociais existentes. “Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos” (Mantoan, 2003, p.12). Nesse sentido a diversidade existente no espaço escolar exige uma metodologia que contemple a todos,

respeitando as diferenças de cada um e garantindo-lhe acesso a equidade no processo de aprendizagem.

A necessidade de construção de uma escola inclusiva, passa por uma série de ações, dentre elas, a formação docente. Garantir a formação continuada ao professor(a), é uma medida que contribui para a constituição de uma escola inclusiva. As formações, quando voltadas para a educação inclusiva, são indispensáveis para todos os atores escolares e, em especial, para os docentes que atuam diretamente na educação básica.

Nesse sentido, as pesquisas que se dedicam ao estudo relacionado à inclusão são de relevância social e se justifica pela necessidade de ampliação do conhecimento acerca da forma das diferenças que permeiam a sociedade. Nessa perspectiva, as formações que primam por mediar junto aos professores conhecimentos acerca da inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar precisam ser analisadas, visto que contribuem de forma significativa para o processo de inclusão dos sujeitos com deficiência.

Diante do exposto o objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições teóricas do curso em atendimento educacional especializado ofertado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA/RN, para a formação dos professores de Atendimento Educacional Especializados – AEE. Além desse, busca-se ainda: identificar as deficiências trabalhadas no decorrer do curso; as práticas pedagógicas realizadas para trabalhar com os alunos com deficiência no espaço escolar e as atividades desenvolvidas com os professores durante o curso. A presente pesquisa se justifica pelo fato de contribuir para a propagação das deficiências presentes nos alunos público alvo da educação especial.

Visando responder aos objetivos da pesquisa definiu-se as seguintes categorias de análise: deficiências e/ou necessidades educacionais específicas; práticas pedagógicas utilizadas e atividades desenvolvidas pelos cursistas.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO

A história da Educação especial é permeada por lutas e transformações que resultaram em conquistas para as pessoas com deficiência. Na antiguidade as pessoas com deficiência eram delegadas ao sacrifício. Somente a partir do século XVI se começou a pensar na possibilidade

de educar pessoas que até então eram consideradas ineducáveis (Mendes, 2006). Assim, surge a preocupação em possibilitar o direito a educação para as pessoas com deficiência.

No Brasil, o marco histórico da educação especial surge ainda no século XIX, mas precisamente na década de 1960, com o surgimento de cursos de formação para capacitar profissionais que atuariam nas escolas especiais do país. Embora que, desde o Brasil império tenha se criado o instituto para meninos cegos, sob a direção de Benjamin Constant, e inspirados nas ideias liberais difundidas na França (Mazzotta, 2005).

A promulgação da Constituição de 1988 foi garantido o direito a educação para todos independente da etnia, deficiência, condição financeira e social. A educação é estabelecida então como direito de todos e para todos, sendo necessário a garantia desse direito por meio de políticas públicas que viabilizasse a concretização do direito a educação. Surge então, em 2008 a política de nacional de educação especial que tem como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. (Brasil, 2008, p.14). De acordo com as premissas da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, foi defendido a existência de o atendimento educacional especializado para os alunos público alvo da educação especial. Este serviço deve ser ofertado preferencialmente na escola comum e no contraturno de escolarização dos alunos.

O estabelecimento da política de educação especial de 2008, viabilizou a regulamentação de novas leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Dentre elas destaca-se a Lei 12.764, de 27 de novembro de 2012, que “institui a política de proteção dos direitos da pessoa com espectro autista” (Brasil, 2012). A promulgação da referida lei possibilitou além do reconhecimento do transtorno como deficiência, garantiu o direito ao apoio especializado para os alunos autistas na sala de aula comum.

Já a Lei 13.143 de 06 de julho de 2015, denominada com Lei brasileira de Inclusão – LBI tem por objetivo assegurar as pessoas com deficiência condições que possibilitem o desenvolvimento e a inclusão social, garantindo assim o exercício de sua cidadania. Um dos aspectos que possibilita esse processo inclusivo é a implantação e funcionamento das salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede pública, buscando garantir aos alunos com deficiência equidade nas condições de aprendizagem, por meio do serviço de Atendimento educacional especializado ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)

2.1 Conceituando o Atendimento Educacional Especializado

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram privadas do direito a educação em escolas comuns, sendo dado a estes a possibilidade de acesso as escolas e/ou turmas especiais totalmente segregadas das demais classes e/ou escolas comuns. Essa realidade começou a mudar a partir da Lei nº 9394/96, em seu Art. 58 defini a educação especial como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Brasil, 1996, p.40). A referida lei enfatiza ainda em seus parágrafos 1º e 2º a existência de serviços de apoio na escola regular, quando necessário para atender as especificidades do aluno, bem como atendimento especializado.

As diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica, em seu Art. 07, afirma que “O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (Brasil, 2001, p. 2). Porém para viabilizar o processo inclusivo estabelece também a implantação de “[...] serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos”. (Brasil, 2001, p.02).

De acordo com as diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica o AEE “[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.(Brasil, 2009, p.01), ou seja, o atendimento constitui um elemento essencial para o processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial, pois possibilita a superação das barreiras que interferem na aquisição da aprendizagem dos alunos. Nesse sentido o publico alvo do AEE é:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

- c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p.02).

Assim, cabe dizer que o AEE atende há um publico diversificado que possui especificidades dentre de cada deficiência apresentada, sendo de suma importância a existência de um atendimento individualizado e específico a cada aluno. Sendo necessário então a atuação de profissionais com formação voltada para a educação especial, pois este perpassa todos os níveis de escolarização, iniciando na educação infantil até o ensino superior. Corroborando com esse pensamento Brasil (2009, p.09) nos diz que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada”.

O professor que atua na realização do Atendimento Educacional Especializado tem atribuições que vão além do trabalho com os alunos com deficiência. De acordo com o escrito nas Diretrizes operacionais do AEE, o profissional tem as seguintes atribuições:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (Brasil, 2009, p.4).

As atribuições do professor do AEE, conforme o exposto nas diretrizes operacionais demonstram a complexidade e diversidade do papel deste, no processo de execução do atendimento. Este tem a responsabilidade de agregar todos os atores da comunidade escolar em prol da inclusão de todos os alunos no ambiente escolar, proporcionando a estes, a oportunidade de aprender respeitando suas potencialidades.

O atendimento Educacional Especializado envolve também uma variedade de profissionais, ou seja, além do professor de AEE existem outros profissionais envolvidos como o exposto na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), enfatizando que o Atendimento é realizado também por profissionais específicos como: o interprete de libras, instrutor de libras e outros profissionais que tenham conhecimentos específicos sobre soroban, comunicação alternativa, Braille *etc.* Ademais, “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.” (Garcia, 2008, p.18), assim seria impossível um único profissional atender a diversidade vivenciada pelo público alvo da educação especial.

É importante lembrar que, de acordo com os documentos oficiais o atendimento educacional especializado pode ser realizado na instituição de ensino na qual o aluno está regularmente matriculado ou em centro de educação especial. Corroborando com esse pensamento a resolução nº4/2009, em seu art. 5º explicita que esse seja:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009).

Além disso, o documento reafirma que o referido atendimento não pode substituir o ensino nas classes comuns, nem tão pouco ser realizado no mesmo turno de escolarização do aluno. Cabe dizer também que, as instituições privadas de ensino devem ofertar esse atendimento a seus alunos (aqueles que necessitam), sem haver nenhum ônus financeiro para a família. No entanto, é importante destacar que o AEE, quando realizado na mesma escola viabiliza a comunicação entre os professores e contribui para que o professor da sala e recursos

criei “[...] estratégias de aprendizagem, centradas em um novo saber pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.” (Alves, 2006, p. 13).

Seguindo a lógica vale ressaltar que o AEE é um serviço, e não pode ser visto como uma repetição da sala de aula comum. Comungando desse pensamento Farias, (2022, p.56) diz que “o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular nem reforço escolar. Ele pode ser realizado em grupos, porém é preciso estar atento para as formas específicas de cada aluno se relacionar com o saber”. Este tem estratégias específicas e diferenciadas para a viabilização do processo de ensino aprendizagem, dos alunos público alvo da educação especial. Sendo necessário que todos os alunos com deficiência que necessitem deste atendimento sejam beneficiados por ele, garantindo assim o direito a inclusão e equidade no processo de ensino, ou seja, uma educação de todos e para todos.

3 Caminho Percorrido – trilhas metodológicas

Os estudos acerca da inclusão das pessoas com deficiência têm ganhado destaque no meio social. O advento da política Nacional de Educação Especial de 2008, impulsionou a organização das salas de recursos multifuncionais, e conseqüente o Atendimento educacional especializado (AEE). O caminho metodológico percorrido para dá vida ao estudo inserir-se na abordagem de pesquisa qualitativa que segundo Minayo (2001), analisa questões bem específicas que não podem ser quantificadas. Corroborando com a autora, Paiva et.al (2021, p.21) afirma que:

A abordagem qualitativa de método de pesquisa trabalha com uma visão que não engloba números e comparações estatísticas, e sim engloba o entendimento, a compreensão e a observação nas relações entre as pessoas na sociedade tentando refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado. (Paiva, et.al 2021, p.21).

Nessa perspectiva abordagem qualitativa é a melhor opção metodológica para responder aos objetivos propostos pelo estudo desenvolvido. Ainda acerca da pesquisa qualitativa Silva (*et al.*) (2005), enfatiza que o método qualitativo visa entender as interações e significados dos fenômenos em um dado contexto.

Em meio aos diferentes tipos de pesquisas, inseridas no método qualitativo optou-se pela pesquisa documental que tem o documento como o objeto de pesquisa, que no caso desse estudo serão os cadernos didáticos dos módulos do curso de aperfeiçoamento em

AEE/UFERSA, que discutem as deficiências atendidas pelo serviço de AEE. De acordo com Cellard (2008, p.298) “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor”. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Visto que, possibilita a realização de uma análise precisa das informações contidas em cada documento.

Ainda a respeito da pesquisa documental pode-se dizer com base nos escritos de Helder (2006), que a pesquisa documental diminui a intervenção das crenças do pesquisador no resultado da pesquisa, pois os dados encontrados estão ao menos em parte livres da subjetividade do pesquisador. É comum se pensar que pesquisa documental e bibliográfica são sinônimas, no entanto, são diferentes, apesar de ter o documento como fonte pesquisa. Nessa perspectiva, Silva et.al (2009, p. 06) afirma que:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (Silva et.al, 2009, p. 06)

Os documentos analisados nesse estudo, são os cadernos didáticos utilizados com texto base, e de leitura obrigatória no curso. Essa análise visa responder aos objetivos, e assim identificar as contribuições deste para a formação dos professores de AEE. Para tanto foi estabelecido as categorias de análise com base em Bardin (2016). A categorias de analisadas são: deficiências e/ou necessidades educacionais específicas; práticas pedagógicas utilizadas e atividades desenvolvidas pelos cursistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso atendimento educacional especializado realizado pela Universidade Federal do semiárido/UFERSA, campus Caraúbas foi organizado em 10(dez) módulos organizado no quadro a seguir:

Quadro 1- Organização do curso

Módulo	Objetivo	Carga horária
Educação à distância e tecnologias assistivas	Desenvolver a habilidade do uso das ferramentas do ambiente virtual e tecnologia assistiva por meio de conhecimentos teóricos e práticos, para êxito no curso e na prática docente com os alunos com deficiências e necessidades educacionais específicas	45 horas
Atendimento Educacional Especializado	Conhecer o Atendimento Educacional Especializado e suas implicações no sistema educacional, contribuindo para o aprimoramento de concepções e práticas pedagógicas que valorizem todos os estudantes, respeitando suas singularidades.	60 horas
Deficiência Física e Atendimento Educacional Especializado	Contribuir com informações e reflexões que favoreçam a formação continuada de professores e a organização das escolas no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE para alunos com deficiência física com vistas à promoção da efetiva participação acadêmica e social desse alunado no cotidiano da escola comum.	40 horas
Deficiência Intelectual e AEE	Compreender os aspectos conceituais de deficiência intelectual relacionando com o Atendimento Educacional Especializado – AEE, bem como se conhecer as tecnologias e estratégias que subsidiam a prática docente numa perspectiva de ampliar novas possibilidades metodológicas.	30 horas
Deficiência Visual e Atendimento Educacional Especializado	Compreender como se dá desenvolvimento dos alunos com deficiência visual no processo educacional, a contribuição do Atendimento Educacional Especializado nesse processo, bem como as tecnologias e estratégias que subsidiam a prática do professor numa perspectiva inclusiva.	30 horas
Transtornos do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação	Proporcionar aos estudantes uma compreensão abrangente e aprofundada sobre os aspectos teóricos, práticos e históricos relacionados ao TEA e às Altas Habilidades/Superdotação.	30 horas
Deficiência Múltipla e o Atendimento Educacional Especializado	Apresentar elementos que estimulem a construção de conhecimentos e estratégias metodológicas sobre a Deficiência Múltipla para identificar as possibilidades e habilidades do aluno no Atendimento Educacional Especializado.	40 horas
Deficiência Auditiva e AEE	Compreender como se dá o desenvolvimento e as particularidades dos alunos com deficiência auditiva/surdez no processo educacional, diante da contribuição do Atendimento Educacional Especializado.	30 horas

Metodologia da Pesquisa Científica	Metodologia da Pesquisa Científica	30 horas
Trabalho de Conclusão de Curso e Seminário Integrador	Proporcionar subsídios teóricos para a compreensão do universo do conhecimento científico, bem como, capacitar os discentes para realização de pesquisa, na modalidade de artigo científico.	60 horas

Fonte: autora (2024).

A sistematização do curso apresentada no quadro acima evidencia o cuidado com as discussões referentes as deficiências trabalhadas pelo professor(a) do AEE, bem como a preocupação na oferta de subsídios teóricos e práticos para o acadêmico e na constituição do professor pesquisador, visto que dispõe de elementos acadêmicos indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa. Mediante a grade curricular apresentada no curso é possível refletir acerca da primeira categoria de análise elencada.

4.1 As deficiências Público alvo do AEE

O Atendimento educacional especializado atende a um público específico de deficiências e transtornos definido no artigo 4ª das diretrizes operacionais do Atendimento Educacional especializado que são: alunos deficiência; alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades (Brasil, 2009, p.01). O AEE é um serviço que deve ser ofertado no turno inverso de escolarização do aluno, desenvolvendo estratégias que complemente ou suplemente as necessidades específicas de cada aluno.

Nessa perspectiva o curso de AEE/UFERSA, ofertou aos seus cursistas módulos voltados as seguintes deficiências e/ou transtornos presentes nas turmas de Atendimento Educacional especializado como o apresentado no quadro a baixo:

Quadro 2 – Ementa dos módulos do curso de AEE

Nº	Deficiência e/ou transtornos	Ementa do módulo
01	Deficiência Física	A educação do aluno com deficiência física numa perspectiva de Educação Inclusiva: histórico, conceito, características, diferentes necessidades. Acessibilidade espacial e seus diferentes tipos. Atendimento educacional especializado como apoio ao processo escolar. Tecnologia Assistiva. O desenvolvimento global do educando com deficiência física.

		Organização do AEE para alunos com deficiência física. Identificação das necessidades e habilidades. Plano de Atendimento. Produção de Materiais de acessibilidade.
02	Deficiência Intelectual	Aspectos históricos do atendimento aos alunos com deficiências intelectuais. Fundamentos legais. Conceito de deficiência intelectual e suas características. Principais síndromes genéticas. Tecnologia Assistiva. O desenvolvimento global do aluno com deficiência intelectual. Organização do AEE para alunos com deficiência intelectual. Identificação das necessidades e habilidades. Plano de Atendimento. Produção de Materiais de acessibilidade.
03	Deficiência Visual	A educação do aluno com deficiência visual numa perspectiva inclusiva: Histórico, conceito e características. Fundamentos legais. Atendimento educacional especializado como apoio ao processo escolar. Tecnologia Assistiva. O desenvolvimento global do educando com deficiência visual. Organização do AEE para alunos com deficiência visual. Identificação das necessidades e habilidades. Plano de Atendimento. Produção de Materiais de acessibilidade. Adaptações curriculares.
04	Deficiência Múltiplas	Conceito, tipos e inclusão. Comunicação Alternativa. Adequações Curriculares. Currículo flexível para a inclusão. Organização do AEE para alunos com deficiência múltipla. Identificação das necessidades e habilidades. Plano de Atendimento. Produção de Materiais de acessibilidade.
05	Deficiência Auditiva	Aspectos históricos da educação de alunos com deficiência auditiva e de alunos surdos no Brasil. Conhecimento acerca da língua de sinais como primeira língua do aluno surdo. Estudo da Fundamentação legal relativa à educação de surdos e de alunos com deficiência auditiva. Reflexão e discussão das relações existentes entre educação de surdos, identidade e língua brasileira de sinais. Recursos disponíveis para alunos com surdez para eliminação de barreiras à aprendizagem e à socialização. Proposta de educação inclusiva para a efetiva inclusão. Organização do AEE para alunos com deficiência auditiva. Identificação das necessidades e habilidades. Plano de Atendimento. Produção de Materiais de acessibilidade.
06	Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades	Transtornos do Espectro Autista: Histórico, conceito e caracterização dos diversos. O desenvolvimento da linguagem, a interação social e a escolarização; legislação; plano de atendimento; adequações curriculares. Altas habilidades/Superdotação: Histórico e conceito de altas habilidades/superdotação; estudo dos princípios e fundamentos legais que embasam a atuação do AEE na área das altas habilidades/superdotação; organização do AEE para alunos com altas habilidades/superdotação; identificação das necessidades e habilidades; plano de atendimento; adequações curriculares.

Fonte: Autora (2024).

De acordo com a análise dos guias dos módulos descritos acima, é possível observar a profundidade dos temas trabalhados em cada módulo, identificando assim as contribuições teóricas que o curso proporcionou aos cursistas. No tocante a deficiência física foi discutindo os conceitos, história, características e tecnologias assistivas a serem utilizadas no atendimento educacional especializado com os alunos com deficiência física. Um ponto marcante acerca do caderno didático disponibilizado aos cursistas diz respeito a formação dos autores, visto que os dois tem formação inicial em Fisioterapia e mestrado e doutorado em educação, uma junção que fortalece o conhecimento teórico do conteúdo apresentado.

Dentre as informações compartilhadas no caderno já citado, destaca-se os aspectos gerais relacionados a deficiência física conceituando as denominações mono, treta, tri, hemi referente a parte do corpo envolvida. Outro ponto que merece destaque no texto base é o capítulo 2 intitulado “Atendimento para os alunos com deficiência física na escola regular”, que traz informações essenciais para atender as necessidades apresentadas pelos alunos com deficiência física, à medida que destaca os recursos e materiais que podem e devem ser utilizados no atendimento desse público, pelo professor da sala de aula comum e/ou professor do AEE.

Em relação a deficiência intelectual o curso de AEE, proporcionou um conhecimento por meio do caderno didático de conceituação e diferenciação entre deficiência intelectual e transtorno mental. A preocupação com o tema inicia-se pela autora de do texto base que tem formação inicial em psicologia, demonstrando propriedade para discutir sobre o tema. Segundo Almeida (2015), a deficiência intelectual tem por característica o funcionamento intelectual do sujeito abaixo da média da população em geral, resultando em limitações no comportamento, cuidados pessoais, linguagem etc.

Outro aspecto que merece destaque são as dimensões associadas aos níveis de apoio apresentados pelas pessoas com deficiência intelectual. Essas informações contribuem de forma significativa para a elaboração de atividades pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, permitindo que os envolvidos na mediação desse processo possam desenvolver alternativas pedagógicas viáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.

Quanto a deficiência visual o caderno didático discorre sobre o histórico, características, limitações e condutas, bem como o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência visual. Um ponto importante acerca das discussões geradas a partir do texto base, é

o reconhecimento de que as pessoas com deficiência visual são capazes de aprender se lhes forem ofertadas as ferramentas certas para suprir suas necessidades educacionais específicas. O texto escrito foi elaborado por uma professora graduada em Letras que tem anos de atuação prática na área, no centro de apoio ao deficiente visual em Mossoró/RN.

Em relação a deficiência múltiplas o caderno didático discute sobre a trajetória histórica desse tipo de deficiência diferenciando e conceituando suas variações. Como definição pode-se dizer que seria a ocorrência de duas ou mais deficiências, levando em consideração o nível de acometimento da funcionalidade do indivíduo (BRASIL, 2023). Cabe enfatizar ainda que, o texto base sobre deficiências múltiplas traz informações relevantes sobre adaptações curriculares e estruturais usadas no processo de desenvolvimento intelectual dos sujeitos, bem como em sua socialização e inclusão no espaço escolar.

Quanto a deficiência auditiva o texto base que tem a autoria de um fonoaudiólogo, traz a discussão acerca da inclusão das pessoas com deficiência auditiva através do tempo, destacando o processo de luta e conquista a efetivação de seus direitos. Discute também as abordagens educacionais referentes a língua brasileira de sinais e o atendimento educacional especializado destinado a esse público.

Por fim, o módulo intitulado atendimento aos alunos com transtorno do Espectro Autistas e alta habilidades e/superdotação que tem seu caderno didático escrito por um fonoaudiólogo, e duas psicólogas, discutem a história das deficiências citadas, os documentos legais que garantem os direitos, bem como intervenções e atendimento especializado para os mesmos. Diante do exposto é possível dizer que os textos base produzidos para cada módulo do curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional especializado dispõe de contribuições teóricas que norteia de forma positiva o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no espaço escolar.

4.2 O fazer pedagógico para a inclusão do aluno com deficiência

As práticas pedagógicas favorecem o desenvolvimento de todas as crianças, sendo necessário a execução de práticas que atendam as diferenças dos alunos com deficiência visando a promoção da equidade no ensino e na aprendizagem para estes. Nessa perspectiva as atividades pedagógicas de intervenção e trabalho enfatizada nos cadernos base do curso,

buscam proporcionar aos cursistas elementos que enriqueçam o seu fazer pedagógico, torna-o inclusivo em todos os aspectos.

Sob as práticas de intervenção discutidas ao longo do curso destaca-se as existentes no quadro a seguir:

Quadro 3 – Tipos de recursos utilizados na prática pedagógica

Nº	Deficiência	Tipos de recursos
	Física	Utilização de engrossadores de lápis, separadores de páginas com feltro, pranchas com letras e números, pranchas para apoiar o caderno, cadeira de rodas, teclado colmeia, dentre outros.
	Intelectual	Atividades com jogos e brincadeiras imagem e esquema corporal como: boneco articulado, máscaras; Coordenação Motora como: boliche de latas, vaivém; orientação espacial e temporal como: fósforos, ampulheta: percepção visual, auditiva e tátil como: dado do tempo, áudio, sacola surpresa; Memória e pensamento lógico como: assembleia de objetos, quebra-cabeça, Matemática e alfabetização como: jogo dos números, figuras cortadas,
	Visual	Materiais desportivos adaptados, sistema alternativo de comunicação, posicionamento do aluno na sala de aula, Braille, audiodescrição e etc.
	Múltiplas	Uso de tecnologias assistivas de acordo com a necessidade do aluno, uso de material concreto como: prancha de alimentação, jogo da memória de textura, engrossador de lápis, tesoura adaptada e etc.
	Auditiva	Utilização de recursos visuais, tecnológicos e o uso da língua brasileira de sinais. Sinalização em Libras dos espaços escolares, presença do interprete de libras para o aluno com surdez etc.
	Transtorno do Espectro Autista e altas Habilidades	Trabalhar em grupo, jogos concretos, jogo da memória, atividades de exploração de sons e imagens, pareamento de cores e objetos, quebra-cabeça, comunicação alternativa e etc. Para os alunos com altas habilidades e/ou superdotação destacamos a suplementação do conhecimento por meio de pesquisas e atividades mais complexas que supra a necessidade de conhecimento dos alunos.

Fonte: Autora (2024).

A execução do fazer pedagógico exige do professor(a) a escolha de recursos e/ou ferramentas pedagógicas que promovam a mediação do conhecimento de forma eficaz. Nesse sentido, trabalhar com os jogos e brincadeiras contribui para a compreensão do conhecimento de todos os alunos, visto que a ludicidade torna o aprender mais atrativo. A utilização de jogos como ferramenta pedagógica contribui para o aumento das possibilidades de aprendizagem das crianças com e sem deficiência. Corroborando com esse pensamento, Ide (2008), diz que, o jogo além de viabilização a aprendizagem das crianças com deficiência de acordo com suas potencialidades, também favorece a interação entre seus pares.

A análise feita em torno dos recursos pedagógicos destacados nos cadernos didáticos de cada módulo do curso de Atendimento educacional especializado, deixa evidente a importância da utilização dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento das crianças com deficiência. Os jogos devem ser utilizados pelo professor como uma opção de desenvolvimento intelectual e não apenas como uma simples diversão, (Piaget, 1990). Ou seja, são instrumentos pedagógicos que atuam nos aspectos cognitivo, afetivo, social e motor.

É importante destacar que, cada aluno é único, e que mesmo havendo alguns exemplos de recursos pedagógicos que podem ser utilizados com alunos que tem uma deficiência específica, estes não devem ser considerados com únicos e definitivos, pois a utilização e eficácia de qualquer recurso pedagógico para os alunos com deficiência depende das limitações e potencialidades de cada uma.

4.3 Atividades apresentadas aos cursistas no decorrer do curso de AEE

A formação continuada é relevante para o exercício do bom profissional. Esta é de suma importância e necessidade para o professor, visto que a sociedade vive em constantes mudanças e este precisa conhecê-las para inserir em seu processo de ensino. Nessa perspectiva as formações continuadas ofertadas aos docentes devem suprir as lacunas deixadas por sua formação inicial, bem como as exigências impostas pelas transformações sociais.

Diante do exposto o curso de atendimento educacional especializado ofertado pela UFERSA, tem como objetivo proporcionar uma formação voltada para a educação inclusiva. Para tanto, trabalhou com metodologias que viabilizasse a compreensão dos conceitos básicos de todas as deficiências elencadas como público alvo da educação especial. As atividades utilizadas durante a realização do curso de AEE, define a formação dos sujeitos que estarão aptos a atuarem nas salas de recursos multifuncionais. Dentre as atividades desenvolvidas destaca-se: leitura dos cadernos didáticos de cada módulo, textos complementares, exibição de vídeos, conferências, produção de textos, escrita do plano de atendimento educacional especializado, tem como base estudo de caso, questionários referentes as deficiências e participação e compartilhamento de experiência nos fóruns.

O acesso as leituras dos cadernos didáticos, bem como dos textos complementares proporciona um conhecimento mais profundo acerca das peculiaridades das deficiências, levando os professores cursistas a compreenderem de forma mais profunda as necessidades dos alunos. O acesso aos vídeos de exibição de materiais adaptados e/ou filmes que retratam histórias reais de inclusão de pessoas com deficiência permite conhecer a realidade e buscar

adaptar as estratégias utilizadas por outros como um ponto de partida para a construção de um fazer pedagógico inclusivo.

No tocante a produção de textos, conferências e troca de experiências por meio dos fóruns, é importante dizer que possibilita o compartilhamento de experiências diversas, de pessoas, escolas e municípios diferentes, proporcionando a criação de um repertório de conhecimento ampliado que enriquece a variedade de estratégias pedagógicas do professor.

Outro ponto que merece destaque é o estudo de casos apresentados no decorrer do curso. Situações reais que proporcionam a construção de alternativas viáveis para o atendimento individualizado voltado a atender as especificidades dos sujeitos. Mediante o estudo de caso foi construído em várias oportunidades o plano de Atendimento Educacional Especializado, tarefa recorrente nas salas de recursos multifuncionais. Para tanto é necessário que o professor do AEE conheça as especificidades do aluno a ser atendido.

Faz-se necessário compreender que a escola é responsável pelo processo de inclusão de todos os alunos oportunizando a estes a aprendizagem por meio de condições diferenciadas. O professor como mediador do processo de aprendizagem deve partir das possibilidades apresentadas pelos alunos oportunizando-os a evolução de seu desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento Educacional Especializado contribui para a complementação e suplementação das necessidades educacionais específicas dos alunos público alvo da educação especial, nesse sentido o curso de AEE ofertado pela UFERSA, trouxe contribuições significativas para atuação dos professores nos atendimentos realizados por eles, visto que, compartilhou informações essenciais referentes as deficiências público alvo a ser atendidos nas salas de recursos, bem como oportunizou conhecer jogos e atividades voltadas as particularidades apresentadas por cada sujeito.

No entanto, é importante salientar que a inclusão de atividades práticas durante a execução do curso traria resultados mais significativos para o professor, pois possibilitaria a estes o contato direto com a realidade apresentada em cada caso, visto que, apesar de alguns alunos apresentarem as mesmas deficiências, não tem as mesmas potencialidades, portanto as atividades não apresentam bons resultados para todos os alunos que apresentem a mesma deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006
- ALMEIDA. Mônica Rafaela de. **Deficiência Intelectual e o Atendimento Educacional Especializado**. EDUFERSA, Mossoró, 2015.
- Bardin L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 24.jul 2024.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso 24 de jul 2024.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Especial/MEC.2008.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso 22 jul. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de novembro de 2012. Institui a política de proteção dos direitos da pessoa com espectro autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso 24 jul. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 13.146, de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso 24 de jul de 2024.
- BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla**. 2. ed. rev. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2003.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- FARIAS, R. DE. **Atendimento educacional especializado: possíveis contribuições para aprendizagem e apropriação da escrita alfabética por estudantes com deficiência intelectual**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022, 20 F.
- HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006
- GARCIA, Rosalba Maria C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- IDE, S. M. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MAZZOTTA, M. J. S. (2005). **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas (5.)**. São Paulo: Cortez.

MENDES, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 11(33), 387–405.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo. Moderna, 2003.

PAIVA, A. B.; OLIVEIRA, G. S.; HILLESHEIM, M. C.P. ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA TÉCNICA DE PESQUISA QUALITATIVA. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma>. Acesso 25 jul. de 2024.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho – imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1. N. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso 25 jul. 2024.